

O descompasso na agenda verde¹

Jorge Arbache²

Muito se tem discutido sobre o potencial do Brasil na nova economia verde. A narrativa dominante celebra as nossas vantagens comparativas: matriz elétrica majoritariamente renovável, abundância de recursos e capitais naturais, posição privilegiada na corrida por combustíveis sustentáveis e papel de liderança potencial na bioeconomia. Contudo, há um problema estrutural importante, e pouco discutido, nessa trajetória: o excesso de foco na oferta e a pouca atenção à demanda.

De fato, o Brasil tem atuado como um país entusiasmado em construir capacidades produtivas em energia solar, eólica, hidrogênio, SAF, aço verde, fertilizantes verdes, entre outros. Leilões e outorgas, políticas de fomento, marcos regulatórios, políticas industriais, subsídios e outras providências têm sido encaminhados, mas pouco se fala sobre quem irá comprar a produção. E, menos ainda, sobre os desafios de acesso aos mercados internacionais de bens verdes, que são altamente regulados e exigentes. Essa assimetria entre oferta e demanda já tem gerado desequilíbrios preocupantes, desperdício de capital e risco de frustração com promessas que não se concretizam.

A modo de exemplo, de acordo com a Absolar, haveria 119 GW de potência outorgada para geração centralizada de energia solar, com construção não iniciada. Esse número representa nada menos que cerca da metade de toda a potência elétrica instalada no país.

A abundância de energia renovável no Brasil tem sido comemorada como um ativo estratégico. E, de fato, é. No entanto, estamos assistindo ao surgimento de uma grande distorção: a construção acelerada de capacidade de geração, especialmente solar e eólica, sem que haja correspondência em termos de demanda firme ou acesso garantido a mercados consumidores.

O resultado é uma crescente ociosidade da capacidade instalada, curtailment (restrição de geração) e o surgimento de problemas crescentes com preços e retornos dos investimentos - um sintoma clássico de desajuste entre oferta e demanda. Há plantas entregando energia que não têm para quem vender, seja por falta de mercado e/ou de linhas de transmissão, enquanto o sistema elétrico enfrenta sobrecustos e sobrecontratação.

O desequilíbrio entre oferta e demanda não é algo próprio do Brasil. Na China, o excesso de investimentos em energia solar tem provocado quebra de gigantes - nesta semana foi a vez da Sunnova Energy - o que tem levado à queda de preços e a profundos ajustes no setor.

Está claro que o investimento em energia limpa, por si só, não cria desenvolvimento sustentável nem sustentado. É preciso que essa energia seja usada para produzir bens

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-descompasso-na-agenda-verde.ghtml> Acessado em 12.06.2025

² Professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e escreve mensalmente às quintas-feiras neste espaço.

e serviços verdes competitivos, demandados em mercados internos e externos. De nada adianta ter energia limpa sobrando se não houver consumo produtivo associado. É nesse contexto que estão surgindo ideias com mirada de curto prazo e perspectiva limitada, como a de direcionar essa energia para data centers.

A indústria de aço verde no Brasil é outro exemplo. O país tem biomassa, florestas plantadas, tecnologia de base, energia renovável e minério de ferro de alto teor. Mas a construção de uma cadeia de valor do aço verde esbarra na mesma barreira: quem vai comprar esse aço? A Europa? Os EUA? A Ásia?

Ainda que o apetite por produtos descarbonizados esteja crescendo, os mercados de países ricos impõem requisitos técnicos, regulatórios e de rastreabilidade rígidos - o que é especialmente visível nas múltiplas medidas discriminatórias e protecionistas da União Europeia. Além disso, os produtos verdes precisam competir em preço com fornecedores de países que subsidiam fortemente suas indústrias, como Alemanha, Estados Unidos e China. A competição, portanto, não é apenas tecnológica, é, também, geopolítica.

Assimetria entre oferta e demanda já tem criado desequilíbrios sérios, desperdício de capital e risco de frustração

O SAF sintetiza bem os limites da abordagem atual. O Brasil tem condições excepcionais - e reconhecidas internacionalmente - para produzir biocombustíveis de aviação: abundância de biomassa, experiência consolidada com etanol e biodiesel, mercados domésticos já desenvolvidos e maduros para biocombustíveis, muita experiência acumulada e capacidade tecnológica. Mas há obstáculos enormes para a inserção desse produto nos principais mercados consumidores.

A Europa, por exemplo, estabelece critérios de sustentabilidade muito estritos para o SAF, que incluem padrões de rastreabilidade da matéria-prima, limites ao uso de áreas agrícolas e exigências quanto às emissões líquidas no ciclo de vida do combustível. Alguns desses critérios são difíceis de atender e funcionam, na prática, como grandes barreiras intencionais.

Mesmo quando o biocombustível brasileiro é competitivo do ponto de vista técnico e econômico, ele pode não conseguir acesso ao mercado europeu - e o mesmo risco se repete em outras geografias. Não é difícil imaginar o Brasil se tornando um grande produtor de SAF que não encontra canais para comercialização externa - uma espécie de "produtor de luxo" confinado ao mercado doméstico, que ainda é incipiente para esse combustível.

O descompasso entre oferta e demanda não é novo. No passado, o Brasil investiu fortemente em infraestruturas, em fábricas e até em megaprojetos industriais sem garantir mercados ou cadeias produtivas integradas. A história da industrialização brasileira está repleta de projetos que sucumbiram por falta de coordenação estratégica entre produção, demanda, financiamento e inserção internacional. Corremos o risco de repetir os mesmos erros - agora com uma roupagem verde - e o resultado poderá ser a perda de uma janela de oportunidade histórica, além da perda de credibilidade junto a investidores e parceiros internacionais.

Esse desacerto faz com que projetos potencialmente atrativos tenham dificuldade de encontrar financiamento, especialmente de instituições financeiras privadas. Afinal, banqueiros normalmente não financiam projetos cuja oferta não esteja integrada a mercados - lindos PPTs que aterrissam nas mesas de banqueiros devem ser capazes de ir além das boas intenções.

O Brasil precisa, enfim, de uma política verde ancorada na demanda. Isso significa desenvolver mercados consumidores internos, com políticas de compras públicas sustentáveis, instrumentos de precificação de carbono e exigências ambientais progressivas em setores como construção civil, mobilidade e logística; fomentar a criação de cadeias produtivas completas e integradas, para que a energia limpa seja usada na fabricação de bens verdes competitivos, com efetivo potencial de exportação e

impacto no terreno; estabelecer marcos regulatórios e sistemas de certificação robustos, reconhecidos internacionalmente, que permitam rastreabilidade e garantias de origem sustentável; atuar proativamente na diplomacia comercial verde, buscando acordos, transparência, reconhecimento mútuo de padrões ambientais e abertura de mercados para produtos sustentáveis; promover o comércio internacional como ferramenta fundamental para a acelerar a descarbonização; e alinhar políticas industriais, ambientais e comerciais em uma estratégia integrada de inserção na nova economia verde global. Medidas como essas são fundamentais para que os investimentos avancem.

O futuro verde do Brasil não será construído apenas com mais usinas solares, parques eólicos ou projetos de SAF. Ele depende, sobretudo, de garantir que haja compradores para aquela energia e para os bens produzidos com ela. Depende de uma visão integrada e integral, de construir pontes com o mundo, de entender as regras do jogo global e de alinhar oferta e demanda em uma lógica sistêmica. Sem isso, corremos o risco de sermos, mais uma vez, exportadores de potencial, e não de riquezas.